

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE MUDA COM O FUNDEB?

MILITÃO, Silvio César Nunes
Unesp - Marília

Apesar da importância crescente atribuída à educação infantil, nunca foram criadas fontes específicas de financiamento para tal etapa escolar. Historicamente marginalizada no âmbito das políticas educacionais, a educação infantil sofreu, ainda, duro golpe com o advento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Priorizando o ensino fundamental em detrimento do conjunto da educação básica, o FUNDEF restringiu o financiamento e, conseqüentemente, as possibilidades de ampliação do acesso e de maior abrangência da educação infantil, crescentemente ofertada pelas municipalidades. Buscamos analisar, mediante pesquisa bibliográfica e documental, os avanços/limites da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para o financiamento da educação infantil. O FUNDEB – antiga reivindicação de entidades da área educacional – foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53/06 (regulamentado pela MP nº 339/06) e volta-se ao financiamento da creche ao ensino médio. Além de financiar a educação infantil, este Fundo permite maior flexibilidade na aplicação dos recursos educacionais ao suplantarem o “engessamento” causado pelo FUNDEF, que determinava aplicação mínima de 60% exclusivamente no ensino fundamental. Apesar destes significativos avanços, o FUNDEB traz, também, limitações para o financiamento da educação infantil. A mais preocupante refere-se à definição das ponderações aplicáveis à distribuição proporcional dos recursos do FUNDEB (base para fixação de valores aluno/ano diferenciados para etapas, modalidades e estabelecimentos da educação básica), que beneficiou Estados em prejuízo dos municípios. Para creche e pré-escola foram fixados fatores de ponderação (0,80 e 0,90 respectivamente) inferiores aos do ensino médio (1,20 a 1,30). Além de não condizentes com as elevadas despesas correntes das creches e pré-escolas, os fatores atribuídos a ambas inviabilizam a criação/ampliação de redes municipais de educação infantil e impedem, na prática, que tal etapa saia da condição de “primo pobre” da educação básica.